

## **40° Encontro Anual ANPOCS**

### **ST 06 - Comportamento, opinião pública e cultura política**

Mais informados e mais liberais? Um estudo sobre os efeitos da  
informação no eleitorado brasileiro

Alessandro Freire  
Pedro Masson  
Mathieu Turgeon

## **Introdução**

A constatação de que a maioria das pessoas é altamente desinformada a respeito da política constitui um dos principais consensos nos estudos sobre opinião pública. De fato, os achados de Campbell et al. (1960) acerca da alienação dos eleitores reproduziram-se ao longo do tempo tanto nos EUA (Converse, 1964; Delli Carpini & Keeter, 1996; Neuman, 1986) quanto em outros contextos (Howe, 2006). Entretanto, os efeitos dessa desinformação sobre o comportamento eleitoral e sobre as atitudes dos cidadãos ainda parecem pouco claros, especialmente quando se trata de jovens democracias. Alguns autores atribuem grandes consequências à falta de informação política para o processo democrático de modo geral (Althaus, 1998; Bartels, 1996; Gilens, 2001; Turgeon & Rennó 2010) enquanto outros acreditam que as consequências são negligenciáveis (Lupia 1994; Sniderman et al. 1991).

Ainda que a falta de informação política seja uma regra nas pesquisas de opinião, parte da literatura da ciência política questiona sua relevância para o comportamento político dos indivíduos. Isso porque, argumenta-se, as pessoas desinformadas podem, através de atalhos cognitivos fornecidos por outras pessoas ou grupos mais informados, comportar-se como se estivessem munidas de grandes quantidades de informação sobre assuntos relativos à política (Lupia 1994; Sniderman et al. 1991). Outros ainda acreditam que quando as opiniões e comportamentos são agregados, os erros devidos à falta de informação se cancelam (Page & Shapiro, 1992). Assim, a distribuição de opiniões e comportamentos observados seria, sim, bem informada.

Apesar do otimismo de parte da ciência política em relação à capacidade dos eleitores de tomarem decisões “iluminadas” ainda que munidos de pouca informação ou de que as opiniões e decisões mal informadas se cancelam por meio da agregação estatística, outra parte da literatura argumenta que a desinformação tem efeitos substanciais sobre o voto e sobre as opiniões dos cidadãos (Althaus, 1998, 2003; Bartels, 1996; Gilens, 2001; Luskin et. al. 2002). De acordo com essa parte da literatura, é equivocada a ideia de que os atalhos cognitivos ou o processo de agregação estatística são suficientes para atenuar os efeitos da alienação das pessoas em relação à política.

O intenso debate na ciência política a respeito dos efeitos da informação sobre a opinião pública e o comportamento eleitoral é caracterizado pela falta de estudos

aplicados ao contexto brasileiro com a exceção de poucos trabalhos. Entre eles, Turgeon & Rennó (2010) examinam o impacto da informação nas atitudes dos cidadãos quanto aos impostos e ao gasto público. Tendo em vista essa carência de estudos aplicados ao nosso contexto, este artigo busca ir a fundo do papel da informação para o voto e para as atitudes políticas dos cidadãos brasileiros. Mais especificamente, perguntamos: como votariam os eleitores brasileiros caso fossem mais informados? Analogamente, como seria a opinião pública brasileira acerca de assuntos econômicos, sociais e políticos caso os brasileiros fossem mais informados? Essas são as perguntas que procuramos responder neste artigo.

Para avaliar o efeito da informação sobre as opiniões e o voto dos brasileiros, usamos dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) nos anos de 2002, 2010 e 2014<sup>1</sup>. Adotando um método desenvolvido por Bartels (1996) e Althaus (1998), estimamos a partir desses dados de *survey* qual o impacto da informação política sobre as atitudes e o comportamento eleitoral dos brasileiros. Os resultados sugerem que, caso o eleitorado brasileiro fosse mais informado sobre assuntos políticos, algumas de suas opiniões sofreriam mudanças substanciais, aumentando o apoio à redução da presença do Estado na economia em determinadas questões, ainda que também apoiando maior presença do Estado em outras. Outras atitudes em relação à democracia de maneira geral também seriam modificadas. Além disso, no tocante ao voto em pleitos presidenciais, os dados apontam que, nas eleições de 2010 e 2014, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) seria o principal beneficiado por maiores níveis de informação política entre os eleitores.

O artigo está dividido da seguinte forma: na próxima seção, discutimos o papel da informação política e seus efeitos sobre as opiniões e comportamentos dos indivíduos; apresentamos, em seguida, um diagnóstico sobre o nível de conhecimento político encontrado no eleitorado brasileiro; na terceira seção, apresentamos o método utilizado e o modelo construído com base nos estudos de Bartels (1996) e Althaus (1998) enquanto a quarta seção do artigo traz os resultados. Encerrando o artigo, a última seção aborda as consequências desses achados para o funcionamento da democracia no Brasil.

---

<sup>1</sup> As eleições de 2006 não foram analisadas neste artigo em virtude de problemas com a base de dados do ESEB 2006.

## **A Informação Política e Seus Efeitos Sobre as Opiniões e Comportamentos nas Democracias**

A crítica de Schumpeter ([1942] 2008) à teoria clássica da democracia era baseada essencialmente na ideia de que os cidadãos são incapazes de se tornarem altamente conscientes sobre a política e que os esforços para educá-los nesse tema seriam virtualmente ineficazes. Schumpeter afirma que “o cidadão típico cai para um nível inferior de desempenho mental assim que adentra o campo da política”<sup>2</sup> (Schumpeter, [1942] 2008, p. 262). De fato, a preocupação com os efeitos da ignorância política de massas para o funcionamento da democracia tem sido uma constante na ciência política, especialmente nos estudos sobre opinião pública.

Converse (1964, 1990) foi um dos principais autores a enfatizar os contrastes de níveis de informação entre as elites políticas e os cidadãos, afirmando que o conhecimento político tem média baixa e variância alta. As elites políticas estariam em um extremo da distribuição de conhecimento político, consumindo grandes quantidades de informação diariamente, em virtude da competição inerente às suas funções. No outro extremo da distribuição estaria a esmagadora maioria das pessoas, carecendo das informações mais essenciais ao exercício de sua cidadania. Com base em resultados de pesquisas de opinião, Converse concluiu que os cidadãos em geral não possuem atitudes políticas verdadeiras (*non-attitudes*) e estão inaptos de acompanhar e, portanto, participar de debates democráticos.

Desde as constatações feitas por Converse e outros, muito foi pesquisado e debatido acerca dos efeitos da desinformação política sobre as atitudes das massas. Dessas pesquisas e debates surgiram teorias com conclusões contrastantes sobre a capacidade do cidadão médio de participar ativamente da vida democrática. Parte dessas teorias procura demonstrar que os cidadãos são suficientemente competentes para exercer suas incumbências como eleitores, ainda que careçam de muitas informações sobre a política, enquanto outra parte enfatiza os possíveis efeitos negativos da falta de informação política sobre o voto e as atitudes políticas dos cidadãos.

Uma dessas teorias estipula que os eleitores frequentemente recorrerem a atalhos cognitivos para suprir sua falta de informação (Sniderman et al. 1991). Esses atalhos

---

<sup>2</sup> Tradução livre. No trecho original: “(...) the typical citizen drops down to a lower level of mental performance as soon as he enters the political field.”

correspondem às deixas ou informações simples que são disponibilizadas à sociedade por lideranças, personalidades eminentes e especialistas. Com base nesses atalhos, pessoas pouco informadas podem formar suas opiniões e definir seus comportamentos, bem como votar da mesma forma que aquelas dotadas de mais informação política e que possuem interesses e valores similares. Isto é, os indivíduos podem recorrer a pedaços de informação para definir suas escolhas e seus posicionamentos sobre assuntos complexos que estão fora do alcance de sua compreensão, isso porque outras pessoas mais informadas e que possuem interesses e valores similares a elas fazem o trabalho no lugar delas.

Um dos principais estudos cujos achados corroboram com as teorias sobre atalhos cognitivos é o de Lupia (1994), sobre a votação da reforma de seguros automobilísticos na Califórnia dos anos 1980. De acordo com os resultados de sua pesquisa, os eleitores pouco informados sobre as propostas de reforma, quando munidos de deixas ou pedaços de informação acerca dessas mesmas propostas obtidos de grupos representantes de advogados, defensores de consumidores e empresas de seguro, conseguiram emular o comportamento de indivíduos altamente informados, sem prejuízos a seus interesses.

A ideia de que a desinformação é menos nociva do que parece ser para a democracia também encontra respaldo na teoria de agregação estatística. Nessa perspectiva, erros individuais de informação são cancelados em meio à amálgama de opiniões coletivas, ainda que os indivíduos apresentem opiniões contraditórias e erros de informação ao longo do tempo (Converse, 1990; Page & Shapiro, 1992). Em outras palavras, as inconsistências e os erros das opiniões de alguns indivíduos seriam cancelados pelas inconsistências e os erros de outros indivíduos. Da agregação dessas inconsistências restaria, no fim, uma racionalidade coletiva que possui sentido.

Em contraste aos achados de Lupia (1994) e Page e Shapiro (1992), por exemplo, a análise do voto nas eleições presidenciais dos Estados Unidos conduzida por Bartels (1996) apontou para uma distorção significativa nas escolhas feitas por eleitores pouco informados. A partir de simulações estatísticas de um eleitorado hipotético “completamente informado”, Bartels (1996) encontrou diferenças substanciais no voto de eleitores com características sócio-demográficas semelhantes, porém com diferentes níveis de informação. Os achados do autor contestam a eficácia dos atalhos

informativos e da agregação estatística, evidenciando os efeitos das assimetrias de informação sobre o voto do eleitorado estadunidense.

Utilizando-se de metodologia semelhante à de Delli Carpini e Keeter (1996) e Bartels (1996), Althaus (1998) estudou os efeitos da informação sobre as atitudes dos cidadãos frente a questões sociais e econômicas. As conclusões de Althaus (1998) sugerem que, embora os atalhos informativos e o processo de agregação estatística possam reduzir as distorções provocadas pela desinformação em determinados assuntos, os efeitos da falta de informação não são negligenciáveis. Em outras palavras, se as pessoas fossem mais informadas, suas atitudes poderiam revelar-se mais liberais em alguns aspectos e mais conservadoras em outros. Seguramente, o autor conclui, a opinião pública americana não seria a mesma caso o público fosse mais informado. Assim, Bartels (1996) e Althaus (1998) contestam as ideias de que atalhos informativos permitem a emulação de comportamentos e atitudes políticas informadas e de que os erros da opinião pública são cancelados pela agregação, afirmando que esses erros não são aleatórios, mas sistematicamente provocados pela falta de informação. Gilens (2001) por meio de métodos experimentais em pesquisas de *survey*, chega a conclusões semelhantes.

O experimento deliberativo conduzido por Luskin et al. (2002) trouxe também evidências de efeitos substanciais da informação sobre as opiniões. A partir de uma amostra aleatória nacional da Grã-Bretanha, os autores realizaram um experimento onde cidadãos com opiniões divergentes foram reunidos em um mesmo local para debaterem um tema específico (no caso, segurança pública). A deliberação, de acordo com os resultados, teve o efeito de alterar as opiniões dos participantes de maneira significativa. Isto é, ao serem expostas a diferentes pontos de vista e aumentarem seu conhecimento sobre o assunto, as pessoas ponderaram suas opiniões e mudaram muitas de suas atitudes no tocante ao tema da segurança pública.

Conseqüentemente, se as opiniões e comportamentos das pessoas são suscetíveis a mudanças à luz de novas informações, faz sentido a ideia de que a informação política importa para o processo democrático de modo geral. Essa é uma das principais polêmicas nos estudos sobre comportamento eleitoral e opinião pública, dado que boa parte das teorias democráticas contemporâneas pressupõe a capacidade dos cidadãos de discernir entre diferentes propostas políticas e identificar quais lideranças são mais aptas

para representar seus interesses na esfera pública (Schumpeter, [1942] 2008) e do público também reagir entre as eleições quando os eleitos adotam políticas públicas que desagradam os eleitores.

Em face dos achados contrastantes da literatura sobre o tema da desinformação de massas e da carência de estudos aplicados ao contexto brasileiro, este artigo busca a situação contra-factual de um eleitorado "completamente informado" no Brasil, como proposto por Althaus (1998) e Bartels (1996). Partimos da hipótese de que a informação possui efeitos sobre as opiniões e comportamentos individuais, embora não saibamos *como* as opiniões e comportamentos seriam afetados por maiores níveis de informação. Isto é, não apontamos, como Bartels e Althaus, uma direção específica para a qual a opinião pública deveria se mover caso os cidadãos fossem "completamente informados". Como será demonstrado na seção seguinte, os eleitores brasileiros, da mesma forma que os americanos e outros, são caracterizados por níveis baixos de informação política.

### **A Informação Política entre os Brasileiros**

O baixo nível de informação política por parte dos cidadãos brasileiros torna-se nítido ao analisarmos os resultados da bateria de perguntas de conhecimento político dos Estudos Eleitorais Brasileiros (ESEB) de 2002, 2010 e 2014. Os ESEB de 2002, 2010 e 2014 contaram com amostras aleatórias nacionais de 2513, 2000 e 3136 eleitores brasileiros de 16 anos ou mais, no período pós-eleitoral. As Figuras 1, 2 e 3 apresentam a distribuição do conhecimento político no eleitorado brasileiro para os anos de 2002, 2010 e 2014, respectivamente. Para cada ano estudo, os respondentes foram perguntados uma bateria de itens medindo o seu nível de conhecimento político. Para cada resposta respondida corretamente, o valor de 1 foi atribuído e, caso contrário, 0. As escalas de conhecimento político são compostas de 10 itens para os anos de 2002 e 2010 e de 8 itens para 2014. A título de exemplo, para o ano de 2010, as perguntas usadas para medir o conhecimento político são divididas da seguinte forma: duas (2) perguntas são de respostas na forma certa ou errada (ex: "Geraldo Alckmin é filiado ao PSDB?")<sup>3</sup>; seis (5) são relativas à identificação de legenda de políticos; duas (2) onde o entrevistado deveria posicionar os partidos em uma escala de um (1) a dez (10) da

---

<sup>3</sup> O questionário incluiu mais duas outras perguntas desse tipo que não foram consideradas para essas análises. As duas perguntas não foram incluídas porque elas não permitem discriminar os respondentes dado que em ambos casos mais de 93% acertaram corretamente as perguntas.

esquerda pra direita (aqui foram considerados corretos aqueles que conseguiram identificar o PT a esquerda do PSDB e do DEM); e uma (1) onde o entrevistado deveria posicionar o candidato à presidência nessa mesma escala (aqui foram considerados certos aqueles que conseguiram identificar Dilma a esquerda de José Serra). Os detalhes das perguntas usadas para os anos de 2002, 2010 e 2014 são apresentados no Apêndice.

As Figuras 1, 2, e 3 ilustram claramente que a distribuição de conhecimento político no Brasil apresenta uma média baixa. Mais especificamente, os respondentes acertaram em média 3,6 itens (de 10), 3,5 itens (de 10) e 3,1 itens (de 8) em 2002, 2010 e 2014, respectivamente. Como podemos ver, a grande maioria dos respondentes se concentram na cauda esquerda da distribuição de conhecimento. Em 2002, por exemplo, 62,5% dos respondentes acertaram quatro ou menos das 10 perguntas. Em 2014, 66,2% dos respondentes acertaram uma ou nenhuma das oito perguntas e apenas dois dos 3136 respondentes acertaram todas as oito. Sem dúvida, essas figuras e estatísticas ilustram o quão pouco informado é o eleitorado brasileiro acerca de assuntos políticos. Resta a saber, agora, como essa falta de conhecimento político afeta as atitudes e comportamentos políticos dos brasileiros.

## **Metodologia**

Para estimar os efeitos do conhecimento político sobre o voto e sobre as atitudes dos brasileiros, utilizamos as mesmas três bases de dados mencionadas acima, ou seja, os Estudos Eleitorais Brasileiros (ESEB) de 2002, 2010 e 2014. Baseado na metodologia empregada por Delli Carpini e Keeter (1996), Bartels (1996) e Althaus (1998), o modelo que aplicamos tem como objetivo estimar os efeitos da informação em um eleitorado hipotético “completamente informado”.

Para isso, são atribuídos os votos e atitudes políticas dos indivíduos mais informados pertencentes a determinados grupos demográficos a todos os demais membros de cada um desses grupos. Por exemplo, a opinião ou voto dos indivíduos mais informados que possuem as características sócio demográficas  $x$ ,  $y$  e  $z$ , como renda, escolaridade e gênero, por exemplo, são atribuídos a todos os demais indivíduos menos informados que possuem essas mesmas características. Essas características demográficas correspondem a características relativamente estáveis dos indivíduos entrevistados e que podem surtir efeitos sobre seus votos e atitudes políticas (Althaus,



1998, p. 548). Em suma, a ideia é “imputar” as atitudes e votos de pessoas mais informadas a pessoas idênticas a elas, porém menos informadas.

Para simular os efeitos do conhecimento político sobre as atitudes políticas e votos dos eleitores é necessário que, primeiramente, as atitudes políticas e votos sejam regredidas sobre o conhecimento político, um conjunto de variáveis sócio demográficas e a interação entre o conhecimento político e cada variável sócio-demográfica. Dessas regressões são obtidos coeficientes estimados, os quais são usados em seguida para calcular as atitudes políticas e votos preditos pelo modelo, usando os valores médios das variáveis sócio demográficas e de conhecimento político. Esses mesmos coeficientes são também utilizados para calcular as atitudes políticas e votos preditos para um eleitorado informado, usando dessa vez o valor máximo da variável de conhecimento político no lugar da média (no caso do ESEB 2002 e 2010, o valor é de 10 e para o ESEB 2014, esse valor é 8). Assim, obtém-se atitudes políticas e votos preditos para o eleitorado como ele é e como ele seria caso fosse completamente informado. A comparação entre essas duas previsões permite a avaliação dos efeitos do conhecimento político sobre essas mesmas atitudes políticas e votos.

Para as estimações e cálculos dos valores preditos são utilizadas a variável de conhecimento político como definida na seção anterior e consideradas as variáveis sócio demográficas de “Gênero”, “Idade”, “Escolaridade”, “Estado Civil”, “Cor”, “Faixa de Renda Familiar”, “Número de Pessoas na Casa”, “Sindicalismo”, “Religião”. “Gênero” foi codificada como um (1) pra mulher e homem como zero (0). “Idade” foi mensurada em anos. “Escolaridade” foi codificada por nível escolar, indo de “analfabeto” como um (1), até “pós-graduação ou mais” como dez (10). “Casado” foi codificada como um (1) e o resto como zero. “Branco”, “Preto”, “Pardo”, foram codificadas como um (1) de acordo com a resposta apropriada e o resto com zero (amarelos e indígenas foram excluídos por serem muito poucos nas amostras). “Renda Familiar” foi medida em R\$ correntes. “Número de Pessoas na Casa” foi codificada em categorias indo de “uma pessoa” como um (1), até “catorze pessoas” como catorze (14). “Sindicalizado” foi codificada como um (1) para os entrevistados que fossem sindicalizados e o restante como zero (0). “Católico” e “Evangélico” foram codificadas como um (1), assumindo o valor de zero (0) para as demais respostas.

O procedimento definido acima foi aplicado a 13, 20 e 14 perguntas relativas a atitudes políticas, econômicas e sociais, abordadas pelo ESEB 2002, 2010 e 2014, respectivamente. Essas perguntas abrangem temas variados, tais como as atitudes em relação à democracia, o papel do Estado na economia e a aquiescência às leis. O mesmo procedimento também foi aplicado aos votos no primeiro turno das eleições presidenciais de 2002, 2010 e 2014. A seguir apresentamos os efeitos do conhecimento político sobre essas atitudes políticas e votos.

## **Resultados**

### **As eleições brasileiras de 2002, 2010 e 2014 - Simulando as escolhas de eleitorado "completamente informados"**

As variáveis dependentes do modelo são categóricas e correspondem ao voto nos principais candidatos dos respectivos pleitos. Excluímos os votos em candidatos pouco expressivos, além dos votos brancos ou nulos, os eleitores que declararam não terem votado e os que não se lembravam ou se recusaram a responder.

A Tabela 1 apresenta o resultado das simulações do voto no primeiro turno das eleições presidenciais de 2002. Comparamos a simulação do voto com base nos valores médios das variáveis independentes do modelo com a simulação do voto "completamente informado", isto é, atribuindo o valor máximo da variável de conhecimento político (neste caso, 10) a todos os indivíduos. A Tabela 1 demonstra que o voto simulado "completamente informado" prejudicaria Lula no primeiro turno em 2002, embora a relação não seja estatisticamente significativa. O voto em Lula simulado com base nos valores médios indica que o petista abarcaria 58,8% dos votos, ao passo que em um eleitorado "completamente informado" essa parcela corresponderia a 54,1%.

José Serra também seria prejudicado no primeiro turno de 2002 caso a opinião pública fosse mais informada, caindo de 24,1% dos votos para 21,2%, embora o resultado também não atinja significância estatística. Além disso, o modelo sugere que Garotinho e Ciro Gomes receberiam mais votos de eleitores "completamente informados" saindo de 9,4% e 7,5% para 10,6% e 14%, respectivamente, embora, mais uma vez, a mudança não seja estatisticamente significativa.

Entretanto, como demonstra a Tabela 2 as simulações sugerem que um eleitorado "completamente informado" tenderia a favorecer Lula no segundo turno das eleições de 2002,

ainda que os resultados não sejam estatisticamente significantes. A simulação do voto "completamente informado" indica que o candidato petista teria uma vantagem de quase 50 pontos percentuais em relação a José Serra no segundo turno de 2002.

Esses resultados contrastam com os de Bartels (1996), sobre as eleições norte-americanas, em que o partido republicano, mais à direita do espectro ideológico, seria beneficiado com mais votos. Ainda que nossas simulações não tenham atingido significância estatística, os resultados para o segundo turno de 2002 apontam para o favorecimento do candidato mais à esquerda do espectro ideológico. Por outro lado, é importante ressaltar que a campanha de Lula em 2002 trouxe uma série de mudanças em seu discurso, incluindo a disposição em cooperar com o Fundo Monetário Internacional (FMI) no pagamento da dívida externa, uma bandeira historicamente combatida pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e pela esquerda de maneira geral. Some-se a isso o fato de que o PT assumiu o compromisso de dar continuidade às bases da política macroeconômica do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), também historicamente combatida pelo PT e pela esquerda.

Entretanto, as simulações do voto dos brasileiros em 2010 sugerem um favorecimento do candidato tucano caso os eleitores fossem "completamente informados", como indica a Tabela 3. Nesse cenário, no primeiro turno das eleições presidenciais de 2010, os eleitores brasileiros votariam massivamente em José Serra (PSDB), passando de um apoio de 30,8% para 51,5%, sendo esta mudança estatisticamente significativa. Em contraste, os votos destinados a Dilma Rousseff passariam de 53,4% para 31,6%, mudança também estatisticamente significativa. A simulação dos votos em para Marina Silva não obteve significância estatística no modelo.

No segundo turno de 2010 as simulações apontaram para a mesma direção do primeiro turno, novamente atingindo significância estatística. Na Tabela 4, José Serra (PSDB) aparece mais uma vez como o favorecido por um eleitorado "completamente informado", passando de um apoio eleitoral de 38,1% para 62,4%. Dilma Rousseff (PT), por sua vez, cairia de 61,9% para 37,6%, invertendo os resultados das eleições presidenciais de 2010. A mudança de voto em Marina Silva é de apenas 1,1 pontos percentuais e, mais uma vez, não atinge significância estatística.

Os resultados obtidos nas simulações do comportamento eleitoral nas eleições de 2010 convergem, como será visto mais adiante, com os achados da simulação das atitudes dos eleitores brasileiros. No campo das atitudes, as opiniões que são consideradas no contexto brasileiro como de "direita", ou liberal, se favoreceriam caso os eleitores fossem completamente informados. Nas simulações de voto ocorre o mesmo. O candidato do PSDB, José Serra, que no

contexto brasileiro é caracterizado como de direita, ou liberal, se favorecia caso os eleitores brasileiros fossem completamente informados.

As simulações do voto seguem a mesma tendência das simulações sobre as atitudes dos eleitores. Ao indicar que o candidato do PSDB, José Serra, se favoreceria no caso de eleitores completamente informados, há um alinhamento com as afirmativas de opinião, pois o partido do candidato é caracterizado por apresentar propostas liberais na área econômica e mais conservadora na área social.

As simulações do voto presidencial nas eleições de 2014 repetem o padrão das eleições de 2010, mais uma vez mostrando o favorecimento do PSDB. A Tabela 5 traz as simulações do primeiro turno das eleições de 2014 e mostra um aumento de pouco mais de dez pontos percentuais no número de votos em Aécio Neves na hipótese de um eleitorado “completamente informado”, passando de 37,3% para 47,5%. Marina Silva também seria beneficiada com mais votos, passando de 10,9% para 14,6% do total de votos no primeiro turno. Consequentemente, Dilma Roussef novamente perderia votos de eleitores “completamente informados”, caindo de 51,7% para 37,7% dos votos.

A Tabela 6 apresenta os resultados das simulações para o segundo turno das eleições de 2014, mostrando Aécio Neves mais uma vez à frente de Dilma Roussef na hipótese de eleitores “completamente informados”. O aumento do apoio ao tucano seria de 17 pontos percentuais, segundo nossas estimativas, fazendo Dilma cair de 57% para 40% do total de votos no segundo turno.

### **Os efeitos da informação sobre as atitudes políticas dos brasileiros**

Nossas análises acerca dos efeitos da informação sobre as atitudes políticas dos brasileiros partem dos mesmos dados e do mesmo modelo utilizado nas análises do voto, apenas alterando a variável dependente das regressões. Nestas simulações, utilizamos perguntas diversas retiradas das edições do ESEB de 2002, 2010 e 2014. A maioria das perguntas têm respostas baseadas em escalas Likert (“Concorda muito”, “Concorda”, “Não concorda nem discorda”, “Discorda” e “Discorda muito”) e foram recodificadas em variáveis dicotômicas. Excluímos as respostas “Não concorda nem discorda” e os que não souberam ou se recusaram a responder. A última bateria de perguntas do ESEB 2014 é composta por variáveis contínuas que vão de 1 a 10 com denominações nos extremos da escala. Nessas perguntas, excluímos também aqueles que não souberam ou se recusaram a responder. Assim como no caso do voto, simulamos as opiniões com base na média das variáveis independentes do modelo e com base

no modelo de um eleitorado “completamente informado”, imputando o valor máximo da variável de conhecimento político a todos os indivíduos.

A Tabela 7 apresenta a comparação entre as opiniões simuladas na média e as opiniões “completamente informadas”, usando dados do ESEB de 2002 relativos a atitudes quanto à intervenção do Estado na economia. As perguntas em destaque tiveram alterações estatisticamente significantes, isto é, as simulações sugerem que os eleitores as responderiam de forma distinta caso fossem “completamente informados”. Em três das treze perguntas (23% do total) houve mudança estatisticamente significativa, sendo que duas delas apontam para uma mudança em direção a atitudes mais liberais dos brasileiros na economia. Uma dessas mudanças é digna de atenção, pois indica uma reversão de lado na opinião pública brasileira. De acordo com as simulações, na hipótese de eleitores “completamente informados”, a maioria dos brasileiros deixaria de apoiar a definição de salários pelo governo (pergunta nº 3). De fato, a mudança é notável, com um aumento de pouco mais de 20 pontos percentuais, convertendo a minoria em maioria. Em outras duas perguntas, as simulações também indicaram um direcionamento mais liberal da opinião pública brasileira. A rejeição à intervenção excessiva nas empresas, com o governo dizendo tudo o que elas devem fazer (pergunta nº 1), aumentou de 52,8% para 72,6% das respostas em um cenário hipotético de informação completa.

Por outro lado, uma das atitudes apresentou uma mudança estatisticamente significativa na direção de maior apoio à intervenção governamental na economia. Os brasileiros seriam mais favoráveis à restrição da entrada de produtos estrangeiros no País, com uma redução de pouco mais de 7 pontos percentuais no número de respondentes que discordam que o governo adotar essa política. Cabe ressaltar, também, que outras opiniões se moveram no sentido de maior intervenção estatal na economia, embora não tenham atingido significância estatística. Entretanto, a mudança de opiniões foi, de maneira geral, em uma direção mais liberalizante, ainda que muitas dessas opiniões tenham permanecido claramente favoráveis à intervenção estatal na economia.

A Tabela 8 traz os resultados das simulações com dados do ESEB 2010, repetindo o padrão encontrado na Tabela 7. Os resultados expostos na Tabela 8 mostram as mudanças percentuais entre aqueles que concordaram com as afirmações descritas. Em seis casos as mudanças se mostraram estatisticamente significantes em um nível de  $p < 0,05$ . Esse resultado não foi da mesma magnitude do alcançado por Althaus (1998), onde houve 88,9% de mudanças estatisticamente significantes nas perguntas com o mesmo nível de  $p < 0,05$ . Porém, não se pode descartar a importância do efeito da informação no caso brasileiro, já que em 30% dos casos há mudanças estatisticamente significantes.

Ao contrário do ESEB 2002, nas simulações feitas com as perguntas do ESEB 2010, nenhuma questão teve seu resultado revertido, ou seja, após a simulação, não houve conversão de maiorias em minorias e vice-versa. Ainda assim, alguns resultados são estatisticamente significantes e chamam atenção. Primeiramente as questões econômicas. Na afirmativa 1: “As leis e os impostos do governo impedem as empresas de terem lucros”, a mudança foi de 15,4% e tendeu a descentralizar as opiniões que antes tinha apenas 57,07% de apoio e após a simulação contou com quase  $\frac{3}{4}$  do total. Isso se explica por se tratar de uma pergunta onde o conhecimento influi bastante na opinião. De fato, as leis e os impostos impedem as empresas de terem maiores lucros, independente das consequências que isso traria se os impostos fossem menores.

A afirmativa 2, “A privatização das empresas estatais foi boa para o país”, é uma das mais polêmicas. A privatização tem sido tema recorrente de debate nas últimas eleições presidenciais brasileiras. Entre aqueles que discutem política, em telejornais, ou revistas o tema é longe de ser um consenso, pelo menos atualmente. Isso pode explicar o resultado da simulação que tendeu a aproximar do centro as opiniões, pois houve um aumento de pouco mais de 10 pontos percentuais dos opinantes que concordariam com a afirmativa, chegando próximo dos 40%.

Na afirmativa 4, “O governo deveria oferecer menos serviços públicos para reduzir os impostos”, houve, com a simulação, uma centralização das opiniões com um aumento de 8,5 pontos percentuais das pessoas que concordariam caso fossem “completamente informadas”. Dessa forma, há uma tendência nas afirmativas de cunho econômico dos resultados da simulação indicarem uma opinião mais liberal no sentido de favorecer o setor privado na condução da economia. Na afirmativa 5, “Tudo o que a sociedade produz deveria ser distribuído entre todos, com a maior igualdade possível.”, também houve essa tendência à centralização, porém com uma diminuição de pouco mais de 11 pontos percentuais na quantidade de pessoas que concordariam com a afirmativa, após a simulação. Essa é uma mudança que levou a opinião dos eleitores a se apresentar mais conservadora.

Entre as mudanças estatisticamente significantes a variação percentual entre os dados do ESEB 2010 e os respondentes completamente informados teve uma média 10,45%, o que significa que a informação tem efeitos notáveis sobre as opiniões coletadas em *surveys*. O que podemos notar a partir das mudanças estatisticamente significantes é que os cidadãos “completamente informados” (excetuando as perguntas onde a opinião é consensual - afirmativas 3 e 6) se comportariam de maneira mais liberal, no sentido de menos intervenções do Estado na economia e em temas sociais de maneira mais conservadora.

Por fim, as Tabelas 9 e 10 apresentam os resultados das simulações com dados do ESEB 2014. Na Tabela 9, três opiniões tiveram mudanças estatisticamente significantes, com resultados mistos. A afirmativa nº 1, sobre a validade das manifestações que se utilizam da violência, teve uma mudança curiosa. As simulações sugerem que, caso os eleitores fossem mais informados, o apoio ao uso da violência em manifestações por melhorias dos serviços públicos aumentaria em quase 17 pontos percentuais. Esse resultado parece indicar um efeito de aumento da disposição em contestar autoridades em função de mais informação política.

Outro resultado significativo é o do aumento do apoio à democracia, como demonstrado na afirmativa nº 2. Apesar de ser uma questão consensual, o apoio à democracia teria um aumento de mais de 6 pontos percentuais, caso os cidadãos fossem “completamente informados”. Finalmente, a afirmativa nº 3 sugere uma inclinação à esquerda da opinião pública em um contexto de informação completa. A noção de que a produção de riqueza é um jogo de soma zero, com alguns ganhando em função da perda de outros, teria um aumento de quase 14 pontos percentuais entre a opinião pública. Esse é um resultado que diverge consideravelmente dos demais encontrados nas análises anteriores. As demais perguntas não atingem mudanças estatisticamente significantes.

Nas simulações com variáveis contínuas do ESEB 2014 (Tabela 10), apenas uma das perguntas apresentou mudança estatisticamente significativa, indicando maior apoio à participação da iniciativa privada na indústria e no comércio. A média das respostas teve uma redução de aproximadamente 9%, indicando um posicionamento razoavelmente mais liberal da opinião pública “completamente informada”. As demais perguntas não atingem significância estatística, porém, algumas delas também se moveram em uma direção mais liberal enquanto outras mudaram no sentido de mais apoio à ação estatal.

## **Conclusões**

Os efeitos da desinformação política têm sido vistos sob diferentes olhares pela ciência política. Embora alguns teóricos argumentem que a falta de informação não tem efeitos significativos para a democracia, outros crêem que ela pode trazer consequências notáveis para as escolhas coletivas e para as atitudes políticas dos cidadãos. Nossos resultados nos colocam ao lado do segundo grupo de teóricos. Ao reproduzirmos a metodologia utilizada por Bartels (1996) e Althaus (1998), notamos mudanças significativas no voto e nas opiniões dos eleitores brasileiros. Não apenas isso, mas, especialmente no tocante ao voto, nossos resultados foram bastante consistentes com os de Bartels (1996), sugerindo que mais informação política provavelmente beneficiaria partidos mais à direita do espectro ideológico.

Entretanto, não podemos deixar de destacar algumas das limitações de nosso estudo. Em primeiro lugar, não consideramos em nossas análises os indivíduos que não votaram ou que anularam seus votos, além de termos também excluído aqueles que não souberam opinar acerca de determinados temas. Não sabemos, portanto, como uma parcela considerável do eleitorado brasileiro votaria e opinaria caso fosse “completamente informada”. Ademais, cabe indagar o quão plausível é o contrafactual aqui proposto, dadas as conseqüências metodológicas da manipulação das variáveis de interesse (King & Zeng, 2006). Por fim, os resultados acerca das opiniões “completamente informadas” foram menos consistentes do que os encontrados nas simulações do voto, o que pode sugerir problemas de erro de mensuração ou ainda ressaltar a ambivalência da opinião pública em diversos temas (Zaller & Feldman, 1992).

Apesar de tais limitações, nossos resultados vão na contramão da ideia de que os erros da opinião pública são cancelados entre si. Isto é, a falta de informação parece direcionar sistematicamente as preferências coletivas, sugerindo que tais erros não são aleatórios, mas sim produto de assimetrias de informação entre os cidadãos (Althaus, 2008). Essas assimetrias podem ser especialmente problemáticas quando se trata de quais opiniões são levadas em consideração pelos representantes dos eleitores ao tomarem decisões importantes. Isto é, é possível que a informação política dos eleitores tenha efeitos consideráveis sobre o funcionamento da democracia representativa. De toda forma, mais pesquisas sobre o tema, com abordagens metodológicas diversificadas, são necessárias para que possamos aferir o efeito da informação sobre o comportamento e as atitudes de eleitores em jovens democracias como a brasileira.

## **Referências Bibliográficas**

Althaus, Scott L. 2008. *Collective Preferences in Democratic Politics: Opinion Surveys and the Will of the People*. Cambridge, Cambridge University Press.

Althaus, Scott L. 1998. "Information Effects in Collective Preferences". *American Political Science Review*, Vol. 92, n. 3, pp. 545-558.

Bartels, Larry M. 1996. "Uninformed Votes: Information Effects in Presidential Elections." *American Journal of Political Science*, n. 40, Issue 1, pp. 194–230.

Campbell, Angus., Converse, P. E., Miller, W. E., Stokes, D. E. 1960 *The American Voter*. New York, Willey.



Converse, Phillip E. "The nature of belief systems in mass publics". In: D. E. Apter (Ed.) *Ideology and discontent*, pp. 206-261. New York, Free Press.

Converse, Phillip E. 1990. "Popular representation and the distribution of information. In: J. A. Ferejohn & J. H. Kuklinski (Eds.), *Information and democratic processes* (pp. 367-388). Urbana: University of Illinois Press.

Delli Carpini, Michael X., e Keeter, Scott. 1996. *What Americans Know About Politics and Why It Matters*. New Haven: Yale University Press.

Gilens, Martin. 2001. "Political Ignorance and Collective Policy Preferences." *American Political Science Review*, n. 95, June, pp. 379–96.

Howe, Paul. 2006. "Political Knowledge and Electoral Participation in the Netherlands: Comparisons with the Canadian Case". *International Political Science Review*, nº 2, April, pp. 136-166.

King, Gary., Zeng, L. 2006. "The Dangers of Extreme Counterfactuals". *Political Analysis*, n. 14, pp. 131-159.

Lupia, Arthur. 1994. "Shortcuts Versus Encyclopedias: Information and Voting Behavior in California Insurance Reform Elections." *American Political Science Review* n. 88, Issue 1, pp. 63–76.

Luskin, Robert; Fishkin, James S; Jowell, Roger. 2002. "Considered Opinions: Deliberative Polling in Britain". *British Journal of Political Science*, n. 32, pp. 455-487.

Neuman, W. R. 1986. *The paradox of mass politics*. Cambridge, MA. Harvard University Press.

Schumpeter, Joseph A. [1942] 2008. *Capitalism, Socialism and Democracy*.

Sniderman, Paul M., Brody, R. A., Tetlock, P. E. 1991. *Reasoning and choice: Explanations in political psychology*. Cambridge, Cambridge University Press.

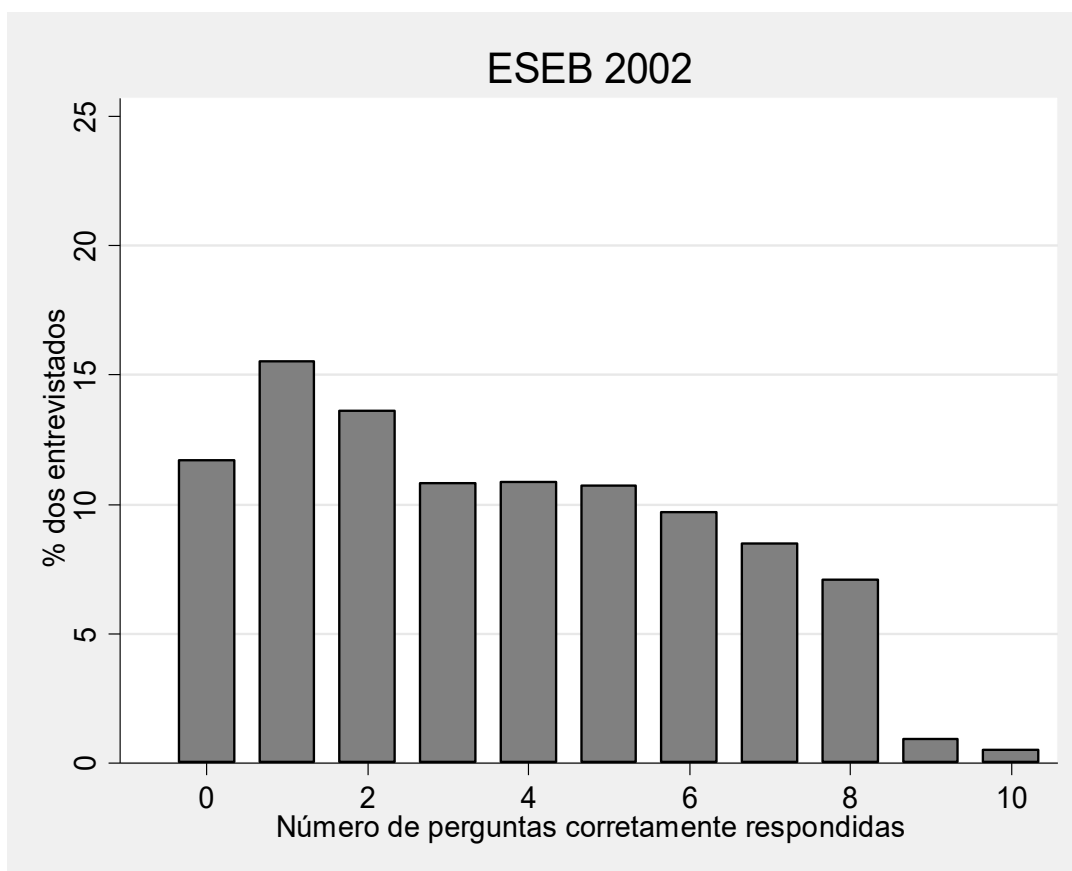
Tomz, Michael., Wittenberg, J., King, G. 2001. *Clarify: Software for Interpreting and Presenting Statistical Results*. Manuscrito não publicado disponível em: <http://gking.harvard.edu/files/clarify.pdf>. Acesso em 19/09/2016.

Turgeon, Mathieu., Rennó, L. R. 2010. "Informação política e atitudes sobre gastos governamentais e impostos no Brasil: evidências a partir de um experimento de opinião pública". *Opinião Pública*, Vol. 16, n. 1, junho, pp. 143-159.

Zaller, John., Feldman, S. "A simple Theory of Survey Response: Answering Questions versus Revealing Preferences". *American Journal of Political Science*, nº 3, Vol. 36, August, pp. 579-616.

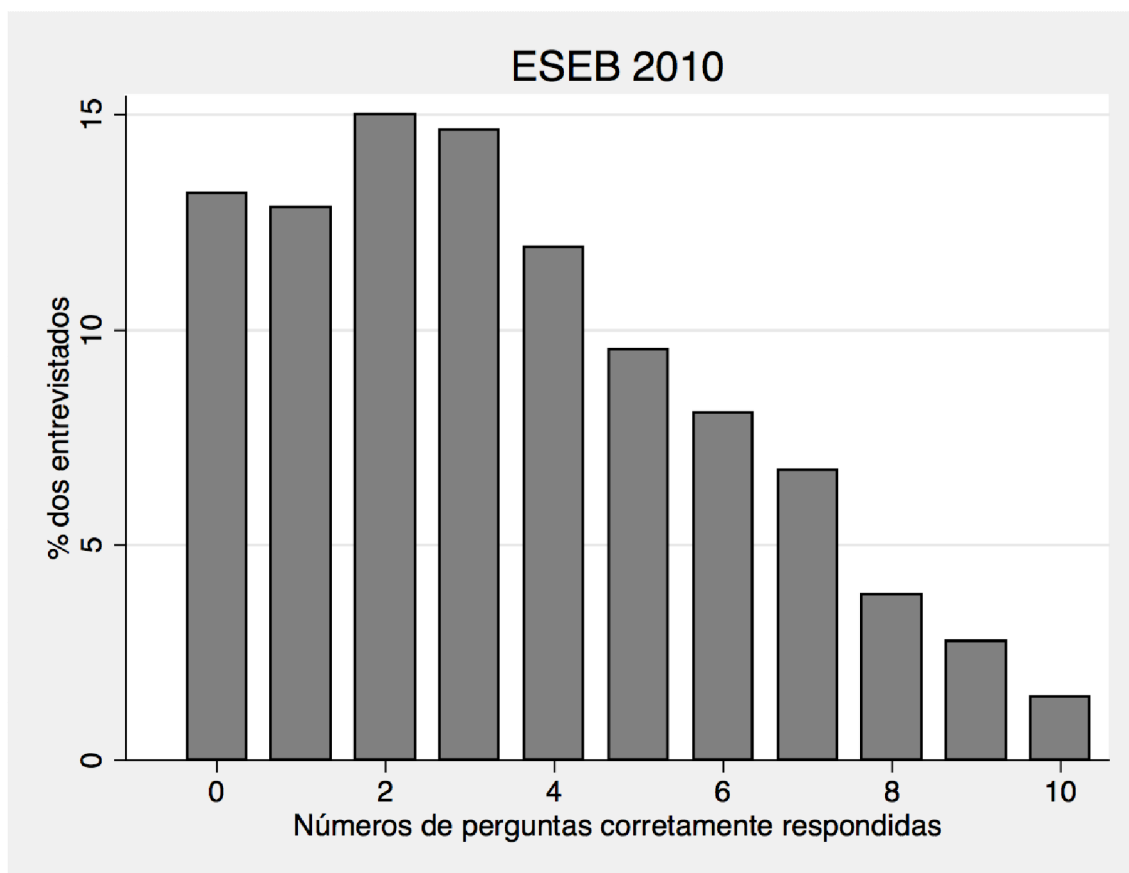
## Apêndice

**Figura 1: Distribuição do conhecimento político, ESEB 2002**



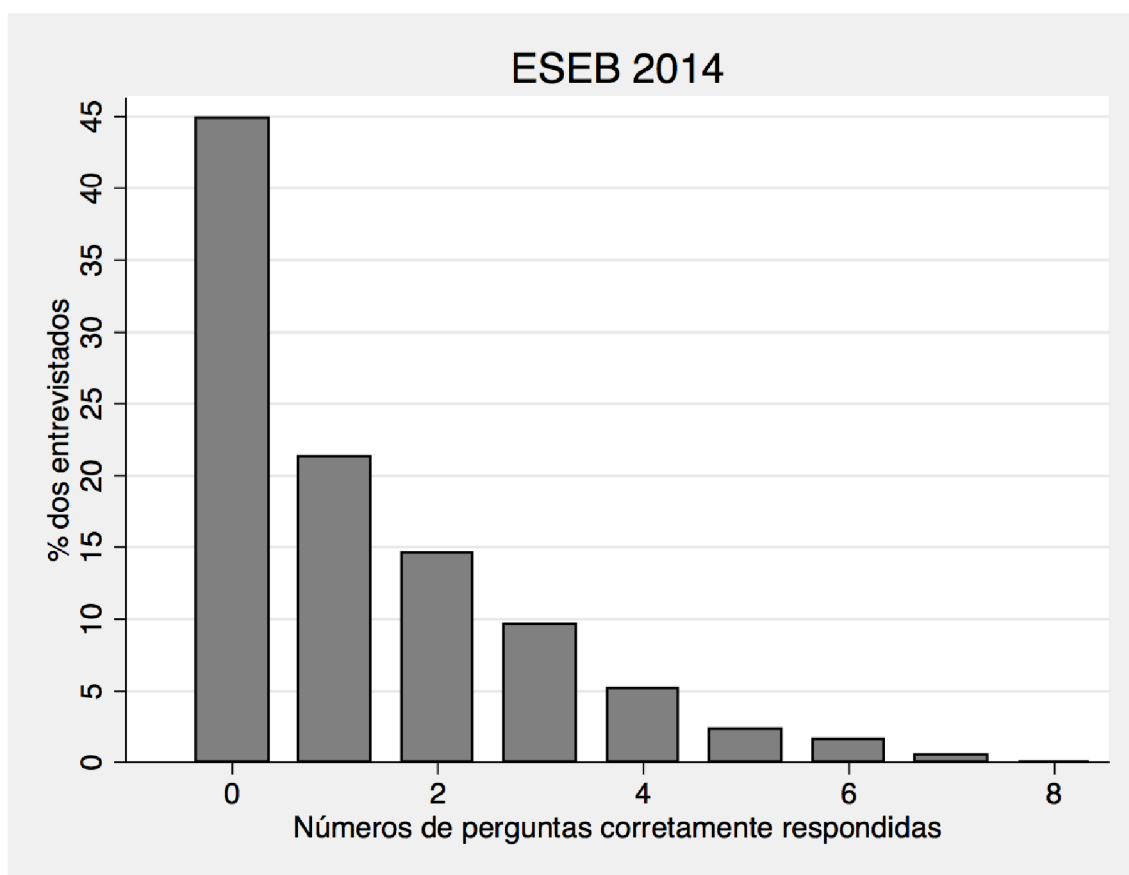
Fonte: ESEB 2002. Elaboração dos autores.

**Figura 2: Distribuição do conhecimento político, ESEB 2010**



Fonte: ESEB 2010. Elaboração dos autores.

**Figura 3: Distribuição do conhecimento político, ESEB 2014**



Fonte: ESEB 2014. Elaboração dos autores.

**Tabela 1 - Simulações do Voto no Primeiro Turno de 2002**

Candidato	Voto simulado na Média (%)	Voto simulado "Completamente informado" (%)
Lula	58,8	54,1
José Serra	24,1	21,2
Garotinho	9,4	10,6
Ciro Gomes	7,5	14,0

\*Significância ao nível de 95% .

Fonte: ESEB 2002. Elaboração dos autores.

**Tabela 2 - Simulações do Voto no Segundo Turno de 2002**

Candidato	Voto Simulado na Média (%)	Voto Simulado "Completamente Informado" (%)
Lula	69,7	74,1
José Serra	30,2	25,1

\*Significância ao nível de 95% .

Fonte: ESEB 2002. Elaboração dos autores.

**Tabela 3: Simulações do voto no primeiro turno de 2010**

Candidato	Voto simulado com base na média (%)	Voto simulado “completamente informado” (%)
Dilma Rousseff (PT)	53,4	31,6*
José Serra (PSDB)	30,8	51,5*
Marina Silva (PV)	15,8	16,9

\*Significância ao nível de 95%

Fonte: ESEB 2010. Elaboração dos autores



**Tabela 4: Simulações do voto no segundo turno de 2010**

Candidato	Voto simulado com base na média (%)	Voto simulado "completamente informados" (%)
Dilma Rousseff (PT)	61,9%	37,6%*
José Serra (PSDB)	38,1%	62,4%*

\*Significância ao nível de 95%

Fonte: ESEB 2010. Elaboração dos autores.

**Tabela 5 - Simulações do Voto no Primeiro Turno de 2014**

Candidato	Voto simulado na Média (%)	Voto simulado "Completamente informado" (%)
Dilma Roussef	51,7	37,7*
Aécio Neves	37,3	47,5*
Marina Silva	10,9	14,6*

\*Significância ao nível de 95%.

Fonte: ESEB 2014. Elaboração dos autores.

**Tabela 6 - Simulações do Voto no Segundo Turno de 2014**

Candidato	Voto simulado na Média (%)	Voto simulado "Completamente informado" (%)
Dilma Roussef	57,0	40,0*
Aécio Neves	42,9	59,9*

\*Significância ao nível de 95%.

Fonte: ESEB 2014. Elaboração dos autores.

**Tabela 7 - Opiniões simuladas na média x Opiniões simuladas "completamente informadas" - ESEB 2002**

<b>Pergunta</b>	<b>Área</b>	<b>Opinião simulada na média (%)</b>	<b>Opinião simulada "completamente informada" (%)</b>
1. O governo deve dizer tudo o que as empresas têm que fazer, como por exemplo quantos banheiros elas têm que ter. (Percentual discordando)	Econômica	52,8	72,6*
2. O governo deve definir qual o valor dos salários de todos os funcionários de todas as empresas do Brasil. (Percentual discordando)	Econômica	43,8	65,6*
3. O governo precisa dificultar mais a entrada de produtos estrangeiros no Brasil. (Percentual discordando)	Econômica	25,2	17,6*

\*Significância ao nível de 95%

Fonte: ESEB 2002. Elaboração dos autores.

**Tabela 8 - Opiniões simuladas na média x Opiniões simuladas "completamente informadas" - ESEB 2010**

<b>Pergunta</b>	<b>Área</b>	<b>Opinião simulada na média (%)</b>	<b>Opinião simulada "completamente informada" (%)</b>
1. As leis e os impostos do governo impedem as empresas de terem lucros.(Percentual concordando)	Econômica	57.07	72.47*
2. A privatização das empresas estatais foi boa para o país. (Percentual concordando)	Econômica	28.95	39.78*
3. Nós teríamos menos problemas no Brasil, se as pessoas fossem tratadas com mais Igualdade.(Percentual concordando)	Social	87.33	93.17*
4. O governo deveria oferecer menos serviços públicos para reduzir os impostos.(Percentual concordando)	Social	28.91	37.41*
5. Tudo o que a sociedade produz deveria ser distribuído entre todos, com a maior igualdade possível. (Percentual concordando)	Social	71.66	59.76*
6. A democracia tem alguns problemas, mas é melhor do que qualquer outra forma de governo.	Política	85.22	95.45*

\*Significância ao nível de 95%

Fonte: ESEB 2010. Elaboração dos autores.

**Tabela 9 - Opiniões simuladas na média x Opiniões simuladas "completamente informadas" - ESEB 2014**

<b>Pergunta</b>	<b>Área</b>	<b>Opinião simulada na média (%)</b>	<b>Opinião simulada "completamente informada" (%)</b>
1. As manifestações de rua por melhoria dos serviços públicos são válidas, mesmo que utilizem alguma violência. (Percentual discordando)	Política	58,0	41,3*
2. A democracia tem alguns problemas, mas é melhor do que qualquer outra forma de governo. (Percentual concordando)	Política	88,1	95,3*
3. Quando alguns acumulam riqueza, isto ocorre à custa de outros. (Percentual discordando)	Social	42,1	28,6*

Fonte: ESEB 2014. Elaboração dos autores.

\*Significância ao nível de 95%

**Tabela 10 - Opiniões simuladas na média x Opiniões simuladas "completamente informadas" (variáveis contínuas) - ESEB 2014**

<b>Pergunta</b>	<b>Área</b>	<b>Média da opinião simulada na média (%)</b>	<b>Média da opinião simulada "completamente informada" (%)</b>
1. Deveria haver mais iniciativa privada na indústria e no comércio (1) a Deveria haver mais participação do governo na indústria e no comércio(10)	Econômica	6,24	5,68*

\*Significância ao nível de 95%

Fonte: ESEB 2014. Elaboração dos autores.